Demonstrações financeiras

Elera Comercializadora Ltda.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8
Demonstração dos fluxos de caixa.....9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas e Diretores da
Elera Comercializadora Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elera Comercializadora Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Elera Comercializadora Ltda.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**35.264**	7.182
Contas a receber	5	**356.413**	108.104
Despesas antecipadas		**1**	-
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	7	**260.838**	120.769
Impostos a recuperar	6	**22.096**	22.046
		674.612	258.101
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	7	**80.253**	60.773
Imobilizado	8	**2**	3
Intangível	9	**3.005**	3.382
		83.260	64.158
Total do ativo		**757.872**	322.259

Elera Comercializadora Ltda.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	10	**359.540**	83.760
Empréstimos	11	**9.090**	8.906
Impostos e contribuições a recolher		**7.121**	9.084
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	7	**272.606**	110.463
Outras contas a pagar		**404**	1.030
		648.761	213.243
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	7	**77.407**	61.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**-**	3.290
		77.407	64.693
Patrimônio líquido	13		
Capital social		**50.000**	50.000
Prejuízos acumulados		**(18.296)**	(5.677)
Total do patrimônio líquido		**31.704**	44.323
Total do passivo e do patrimônio líquido		**757.872**	322.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração do resultado do exercício
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	14	**394.527**	47.450
Custo de geração de energia	15	**(387.772)**	(39.138)
Marcação a mercado de contratos de comercialização de energia	7	**(18.598)**	4.025
Lucro (Prejuízo) bruto		**(11.843)**	12.337
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas administrativas e gerais	15	**(3.890)**	(3.697)
Outras receitas (despesas) operacionais		**(2.095)**	(202)
		(5.985)	(3.899)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**(17.828)**	8.438
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	**3.717**	3.135
Despesas financeiras	16	**(989)**	(1.308)
		2.728	1.827
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(15.100)**	10.265
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	17	**(809)**	(1.461)
Diferido	17	**3.290**	(1.368)
		2.481	(2.829)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(12.619)**	7.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	2024	2023
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(12.619)**	7.436
Total do resultado abrangente do exercício	**(12.619)**	7.436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	50.000	(13.113)	36.887
Lucro do exercício	-	7.436	7.436
Em 31 de dezembro de 2022	50.000	(5.677)	44.323
Prejuízo do exercício	**-**	**(12.619)**	**(12.619)**
Em 31 de dezembro de 2022	**50.000**	**(18.296)**	**31.704**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elera Comercializadora Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**(15.100)**	10.265
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos ao caixa gerado nas atividades operacionais			
Depreciação do ativo imobilizado	8	**1**	1
Amortização do intangível	9	**377**	737
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	11	**184**	-
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	7	**18.598**	(4.025)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		**(248.309)**	31.593
Estoques		**-**	-
Impostos a recuperar		**(50)**	4.622
Despesas antecipadas		**(1)**	-
Outras contas a receber		**-**	414
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		**275.780**	(32.657)
Impostos e contribuições a recolher		**(160)**	(2.808)
Outras contas a pagar		**(626)**	1.010
(-) Pagamento de impostos de renda e contribuição social		**(2.612)**	(3.304)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		**28.082**	5.848
Atividades de financiamento			
Amortização de empréstimos com partes relacionadas	11	**-**	(9.706)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		**-**	(9.706)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		**28.082**	(3.858)
Caixa e equivalente de caixa em 1º de janeiro		**7.182**	11.040
Caixa e equivalente de caixa em 31 de dezembro		**35.264**	7.182
Variação de caixa e equivalentes de caixa		**28.082**	(3.858)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Elera Comercializadora Ltda. (BET" ou "Empresa") é uma sociedade limitada, constituída em 30 de março de 2000, com sede na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02,1º, 2º e 4º andares, salas 101, 201 a 204 e 401 a 404, Jacarepaguá, CEP 22.775-028, na cidade e estado do Rio de Janeiro, que tem por objeto social o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica, na condição de agente comercializador, nos termos da Resolução ANEEL n° 265, de 13 de agosto de 1998, e a participação como acionista ou quotista no capital de outras empresas comerciais de qualquer ramo de atividade. A Empresa é atualmente controlada pela Elera Renováveis S.A.

A Empresa possui contratos de venda de energia com consumidores livres de energia e comercializadores de energia. A disponibilidade de energia é proveniente das usinas do grupo Elera (firmando contratos *intercompanies*) assim como contratos de compra de energia com comercializadores e geradores do mercado. Os principais contratos de longo prazo estão listados na tabela abaixo:

	Datas dos contratos	
Venda de energia	**Início**	**Vencimento**
Consumidores livres de energia	01/01/2013	31/12/2031
Comercializadores de energia	01/01/2020	31/12/2024
Partes relacionadas	01/01/2017	31/12/2031

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia mencionados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado IGP-M e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

1.1. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Empresa de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Empresa não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções, seguros e meio ambiente, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 29 de abril de 2025.

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Empresa aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R$), moeda do ambiente econômico no qual a Empresa atua, sendo a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Mensuração a valor justos dos instrumentos financeiros derivativos – Contratos de comercialização de energia - Marcação a mercado (nota 7);
- Vida útil dos bens do imobilizado e do intangível (nota 8 e 9); e
- Provisão para demandas judiciais (nota 12).

3. Políticas contábeis materiais

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Empresa incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, despesas antecipadas e instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Empresa possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem contas a receber e despesas antecipadas.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os ativos financeiros, mais significativos, classificados nesta categoria estão relacionados aos contratos de comercialização de energia elétrica, conforme abaixo:

Instrumentos financeiros derivativos - Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia (contratos futuros)

A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições *forward*, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda.

A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou “desfazendo sua posição” do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda).

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas pelo valor líquido à vista, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos - Marcação a mercado dos contratos de comercialização de energia (contratos futuros)--Continuação

O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

A Empresa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Empresa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Empresa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Empresa revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de i*mpairment*.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem, contas a pagar, empréstimos instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Empresa deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.2 **Instrumentos financeiros**--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, todos os passivos financeiros da Empresa estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado, com exceção dos instrumentos financeiros - compromissos futuros (contratos de comercialização de energia).

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Empresa não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2024 e de 2023. Também, não adota a contabilidade de *hedge (hedge accounting).*

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3 Contas a receber

Refere-se substancialmente a consumidores e concessionários por meio de contratos bilaterais de venda de energia, incluindo também os valores a receber relativos à energia porventura liquidada diretamente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), contabilizado com base no regime de competência.

O saldo de contas a receber é demonstrado pelos valores históricos e não foram ajustados a valor presente, em virtude de serem constituídos de créditos de curto prazo, sem juros embutidos.

As perdas estimadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente.

Atualmente a gestão da Empresa entende que não seja necessária a constituição da provisão de perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa.

3.4 Registro das operações de compra de energia na CCEE

As compras (custo de energia comprada) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

3.5 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.6 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.7 Contas a pagar (fornecedores)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar pela aquisição de energia em mercado de curto prazo que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Esse classificado como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até um ano e, passivo não circulante, além desse período citado.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a empresa não possui nenhuma operação de *forfait*, *factoring*, ou risco sacado.

3.8 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Empresa não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 e dezembro de 2024 e 2023, não apresentam registro de provisão de demandas judiciais, devido a inexistência de causas com prognóstico de perda provável.

(a) <u>Provisão para demandas judiciais</u>

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.9 Capital social

O capital social é representado por quotas e são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio.

A remuneração dos quotistas é realizada sob a forma de distribuição de dividendos conforme definido no contrato social da Empresa.

Por tratar-se de empresa limitada, as quotas-partes de seu capital social estão definidas de acordo com o seu contrato social, com responsabilidade limitada aos sócios de acordo com o percentual de capital investido.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstradas pelos valores conhecidos e exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido registrados no resultado da Empresa são calculados com base no regime de lucro real anual. O imposto de renda às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R$240 mil anuais, e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação de alíquota de 9%, ambos considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, respectivamente, limitadas a 30% do Lucro Real Anual, quando aplicável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda correntes e diferidos.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.11 **Imposto de renda e contribuição social**--Continuação

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias nas datas de encerramento dos exercícios entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

3.12 Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades da Empresa é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

É estabelecido pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, o modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas, sendo: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

Os contratos com clientes da Empresa envolvem a venda de energia elétrica. A Empresa avalia os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e identifica os serviços distintos prometidos em cada um deles.

A receita de comercialização de energia é registrada pelo regime de competência com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

São consideradas obrigações de performance as promessas de transferir ao cliente bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto, ou uma série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferências para o cliente.

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Apuração do resultado--Continuação

a) Receitas--Continuação

A Empresa mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, excluindo quantias cobradas em nome de terceiros. Os preços das transações têm como bases preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Empresa baseadas em parâmetros de mercados.

Ao transferir um bem, ou seja, quando o cliente obtém o controle desse, a Empresa satisfaz à obrigação de performance e reconhece a respectiva receita, o que geralmente ocorre em momentos específicos no tempo no ato da entrega do produto.

b) Custos do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo do serviço de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional da Empresa.

3.13 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Apresentação das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com *covenants*	01.01.2024
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "*Sale and Leaseback*"	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de financiamento de fornecedores	01.01.2024
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		01.01.2024
CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado	Alterações redacionais Inclusão de seções explicativas e origem da DVA Atualização das divulgações requeridas no grupo de perda e recuperação de valores ativos	01.01.2024

A Administração da Empresa avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3. **Políticas contábeis materiais**--Continuação

3.13 **Normas e interpretações novas e revisadas**--Continuação

(a) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027

A Administração da Empresa está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários	**8.240**	1.460
Aplicações financeiras (*)	**27.024**	5.722
	35.264	7.182

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a operações compromissadas com títulos privados e a CDB renda fixa, remuneradas à taxa média de 100% da variação do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, respectivamente

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2024	2023
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	**21.900**	-
Banco Bradesco S.A.	Fundo DI	CDI	**1.190**	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	**3.934**	5.722
			27.024	5.722

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5. Contas a receber

	2024	2023
Venda de energia	**93.617**	84.927
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	**2.583**	3.728
Contas a receber com partes relacionadas (nota 18)	**260.213**	19.449
	356.413	108.104

(*) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	2024	2023
Saldo a vencer	**119.613**	97.910
Saldo vencido até 30 dias	**27.455**	7.269
Saldo vencido de 31 a 60 dias	**197.976**	950
Saldo vencido de 61 a 90 dias	**11.369**	163
Saldo vencido de 91 a 180 dias	**-**	1.812
Total	**356.413**	108.104

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

6. Impostos a recuperar

	2024	2023
IRRF a compensar	**5.594**	5.748
CSLL - Contribuição Social sobre Lucro Líquido	**1.565**	2.363
Total impostos diretos	**7.159**	8.111
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	**79**	67
PIS - Programa de Integração Social	**1.368**	1.527
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	**6.232**	6.990
ISS - Imposto Sobre Serviço	**21**	-
Retenções Lei nº 10.833	**7.237**	5.351
Total impostos indiretos	**14.937**	13.935
Total - Impostos a recuperar	**22.096**	22.046

7. Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia

A Empresa opera no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a Empresa, que foi reconhecido pelo seu valor justo.
O valor registrado no resultado em 31 de dezembro de 2024 foi negativo em R$18.598 (R$4.205 positivo em 31 de dezembro de 2023) conforme demonstrado abaixo:

	2024	2023
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de vendas (A)	**341.091**	181.542
Marcação a mercado dos contratos de compras (B)	**(350.013)**	(171.866)
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	**(8.922)**	9.676
Contrato de comercialização de energia		
Ativo		
Circulante	**260.838**	120.769
Não circulante	**80.253**	60.773
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros (A)	**341.091**	181.542
Contrato de comercialização de energia		
Passivo		
Circulante	**(272.606)**	(110.463)
Não circulante	**(77.407)**	(61.403)
Valor justo de marcação a mercado dos instrumentos financeiros (B)	**(350.013)**	(171.866)

O resultado real dos instrumentos financeiro (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2024. A Empresa tem como política pré-estabelecida de efetuar operações de comercialização de energia com prazo máximo de dois anos.

8. Imobilizado

	Em serviço	
	Máquinas e equipamentos	**Total**
31 de dezembro de 2022	7	7
Adições	-	-
31 de dezembro de 2023	7	7
Adições	**-**	**-**
31 de dezembro de 2024	**7**	**7**
31 de dezembro de 2022	(3)	(3)
Adições de depreciação	(1)	(1)
31 de dezembro de 2023	(4)	(4)
Adições de depreciação	**(1)**	**(1)**
31 de dezembro de 2024	**(5)**	**(5)**
Total em 31 de dezembro de 2023	3	3
Total em 31 de dezembro de 2024	**2**	**2**

9. Intangível

A movimentação do intangível é como segue:

	Contrato de cessão onerosa
31 de dezembro de 2022	11.711
Adições	-
31 de dezembro de 2023	11.711
Adições	-
31 de dezembro de 2024	11.711
31 de dezembro de 2022	(7.592)
Adições	(737)
31 de dezembro de 2023	(8.329)
Adições	(377)
31 de dezembro de 2024	**(8.706)**
31 de dezembro de 2023	**3.382**
31 de dezembro de 2024	**3.005**

Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. e a Empresa assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à Elera Comercializadora Ltda. (à época denominada Brookfield Energia Comercializadora Ltda.) os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A., em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica.

De acordo com o termo de entendimentos iniciais, a Salto Jaurú Energética S.A. ficava obrigada a pagar à Rede Comercializadora de Energia S.A. (Rede Energia) valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à Centrais Elétricas Matogrossense S.A. (“CEMAT”).

Por força desse instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a Salto Jaurú Energética S.A tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A. foram transferidos para a Empresa.

A amortização deste intangível ocorre com base no recebimento da comissão previamente citada, liquidas de impostos, e impactado pelos montantes de energia negociados, com o fim da amortização em julho de 2027.

10. Contas a pagar

	2024	2023
Compra de energia - MRE/CCEE	**-**	2.126
Fornecedores	**38.403**	15.485
Contas a pagar - Partes relacionadas (nota 18)	**321.137**	66.149
	359.540	83.760

11. Empréstimos

Os empréstimos são compostos da seguinte forma:

			2024		2023	
Credor	**Modalidade**	**Encargos**	**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Em moeda nacional						
Elera Renováveis S.A.	Partes relacionadas	Sem encargos	**9.090**	-	8.906	-
		(Nota 18)	**9.090**	-	8.906	-

A movimentação dos empréstimos é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial	**8.906**	18.612
Amortização – principal	**-**	(9.706)
IOF provisionado	**184**	-
Saldo final	**9.090**	8.906

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possui operação de mútuo realizada com a Elera Renováveis S.A. sem juros e sem data de vencimento.

12. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação.

Os principais processos em andamento com probabilidade de perda possível estão sumarizados a seguir:

	2024	2023
Processos cíveis	**76**	66
Processos tributários judiciais	**532**	381
Total	**608**	447

12. Provisão para demandas judiciais--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 existe um processo cível, referente a uma ação indenizatória, classificado como perda possível por seus assessores legais no montante de R$76 (R$66 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2023 existem dois processos tributários judiciais, referente a execuções fiscais, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R$532 (R$381 em 31 de dezembro de 2023).

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$50.000, dividido em 106.892.215 (cento e seis milhões, oitocentas e noventa e duas mil, duzentas e quinze) quotas, com valor nominal de R$1,00 (um real) cada.

b) Prejuízo acumulado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apurou prejuízo no exercício de R$12.619 (R$7.436 de lucro líquido em 31 de dezembro de 2023), totalizando um prejuízo acumulado de R$18.296 no exercício de 2024.

c) Dividendos

O contrato social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, considerando que a Empresa adota de forma voluntários o disposto no artigo 202 da Lei n° 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Para o exercício de 2024 e 2023 , não houve distribuição de dividendos, pois a Empresa apresenta prejuízo acumulado.

14. Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	**375.862**	41.452
Resultado com MRE e CCEE (*)	**18.007**	10.232
Comissões - partes relacionadas (nota 18)	**694**	860
	394.563	52.544
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	**-**	(902)
COFINS	**-**	(4.150)
ISS	**(36)**	(42)
	(36)	(5.094)
Receita operacional líquida	**394.527**	47.450

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

15. Custos de geração de energia e despesas administrativas e gerais

	2024	2023
Custo do serviço de energia elétrica		
Compra de energia - partes relacionadas (nota 18)	**(386.789)**	(37.882)
Royalties ANEEL	**(582)**	(507)
Total custo do serviço de energia elétrica	**(387.371)**	(38.389)
Custo com operação		
Impostos, licenças e taxas	**(9)**	-
Depreciação e amortização (nota 8 e 9)	**(378)**	(739)
Manutenção	**-**	(10)
Promoção e publicidade	**(14)**	-
Total custo com operação	**(401)**	(749)
Total de custos	**(387.772)**	(39.138)
Despesas gerais		
Impostos, licenças e taxas	**(135)**	(63)
Serviços de terceiros	**(323)**	(300)
Pessoal	**(112)**	(63)
Pesquisa e desenvolvimento	**(392)**	(163)
Rateio de despesas	**(2.928)**	(3.108)
Total das despesas administrativas e gerais	**(3.890)**	(3.697)

16. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**3.710**	2.429
Variação monetária e cambiais, líquidas - Receita	**7**	-
Outros	**-**	706
	3.717	3.135
Despesas financeiras		
Despesas com letras de crédito	**(19)**	(9)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	**(162)**	(2)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	**(784)**	(1.259)
Despesas com juros e descontos concedidos	**(24)**	(38)
	(989)	(1.308)
Resultado financeiro	**2.728**	1.827

17. Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
Diferido		
Imposto de renda	**2.419**	(1.006)
Contribuição social	**871**	(362)
Total	**3.290**	(1.368)
Corrente		
Imposto de renda	**(220)**	(1.068)
Contribuição social	**(589)**	(393)
Total	**(809)**	(1.461)
Total com despesas de impostos	**2.481**	(2.829)

A Empresa possui imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R$19.538 em 31 de dezembro de 2024 (R$20.532 em 31 de dezembro de 2023). O total da base negativa e prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2024 é de R$57.466 (R$58.516 em 31 de dezembro de 2023).

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato da Empresa não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados está demonstrada a seguir:

	2024	2023
(Prejuízo)/Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	**(15.100)**	10.265
Alíquota nominal (%) do imposto (*)	**34%**	34%
Base de imposto e renda e contribuição social	**5.134**	(3.490)
Compensação de prejuízo fiscal		
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	**-**	637
Diferenças temporárias de IRPJ e CSLL não reconhecidos (**)	**(2.676)**	-
Outros	**23**	24
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	**2.481**	(2.829)

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.
(**) Valores relativos a aplicação de 34% do montante reconhecido como marcação a mercado dos instrumentos financeiros.

18. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com as empresas do Grupo são apresentados conforme abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativo			
Contas a receber			
Elera Renováveis S.A.	(a)	**174.992**	16.460
Elera Gestão e Energia S.A.	(a)	**84.958**	1.519
Salto Jaurú Energética S.A.	(a)	**56**	155
Apollo Comercializadora Ltda.	(a)	**-**	397
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(a)	**56**	-
São Luiz Energética S.A.	(a)	**151**	-
Outros	(a)	**-**	918
	(Nota 5)	**260.213**	19.449
Passivo			
Contas a pagar			
Apollo Comercializadora Ltda.	(b)	**-**	39
Elera Renováveis S.A.	(b)	**268.065**	54.226
Elera Gestão e Energia S.A.	(b)	**39.344**	9.534
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(b)	**5.120**	628
TERP GLBL Brasil I Participações S.A.	(b)	**3.802**	-
Central Geradora Eólica Seridó VI S.A.	(b)	**55**	-
Pezzi Energética S.A.	(b)	**4.751**	1.722
	(Nota 10)	**321.137**	66.149
Mútuos a pagar			
Elera Renováveis S.A.	(c)	**9.090**	8.906
	(Nota 11)	**9.090**	8.906
Resultado			
Comissões			
Comissões a receber			
Salto Jaurú Energética S.A.	(d)	**694**	860
	(Nota 14)	**694**	860
Compras de energia			
Apollo Comercializadora Ltda.	(e)	**-**	-
Elera Renováveis S.A.	(e)	**(338.123)**	(37.882)
Elera Gestão e Energia S.A.	(e)	**(1.868)**	-
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	(e)	**(30.301)**	-
Pezzi Energética S.A.	(e)	**(16.497)**	-
	(Nota 15)	**(386.789)**	(37.882)

18. Transações com partes relacionadas--Continuação

(a) Refere-se à compra e venda de energia elétrica para outras empresas do grupo, com vencimento no mês posterior ao da ocorrência. Em virtude da flexibilidade contratual dos clientes e de eventuais oportunidades de mercado, mensalmente é verificado se os montantes solicitados pelos clientes estão compatíveis com a energia assegurada de cada PCH. Neste sentido, eventuais déficits podem ser cobertos por outras PCHs do portfólio do grupo Elera Renováveis S.A. ou por aquisições externas. Preferencialmente, a Empresa aproveita sobras de energia das PCHs do grupo;

(b) Contas a pagar entre a Empresa e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;

(c) Mútuo a pagar com uma empresa do grupo;

(d) Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. (Rede Energia) e a Empresa (BET) assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Energia cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A., conforme termo de entendimentos, por força do qual, em determinadas condições, a Empresa fica obrigada a pagar à Rede Energia valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT. Portanto, todas as obrigações de pagamento que a Empresa tinha para com a Rede Energia devem ser transferidas para a BET.

(e) Compra de energia de outras empresas do grupo.

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Não há pessoal chave remunerado por meio da Empresa nos exercícios de 2024 e 2023.

19. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Empresa efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Empresa efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Empresa são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024			**2023**		
Ativos financeiros	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Caixa e depósitos bancários	**8.240**	**-**	**8.240**	1.460	-	1.460
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes)	**-**	**27.024**	**27.024**		5.722	5.722
Contas a receber	**356.413**	**-**	**356.413**	108.104	-	108.104
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia		**341.091**	**341.091**	-	181.542	181.542
	364.653	**368.115**	**732.768**	109.564	187.264	296.828

19. **Instrumentos financeiros**--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Empresa são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2024			**2023**		
Passivos financeiros	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**	**Custo Amortizado**	**A valor justo por meio de resultado**	**Total**
Contas a pagar	**359.540**	**-**	**359.540**	83.760	-	83.760
Empréstimos e financiamentos	**9.090**	**-**	**9.090**	8.906	-	8.906
Instrumentos financeiros derivativos - Contratos de comercialização de energia	**-**	**350.013**	**350.013**	-	171.866	171.866
	368.630	**350.013**	**718.643**	92.666	171.866	264.532

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

A Empresa classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

A Empresa não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2024 e 2023.

19. **Instrumentos financeiros**--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.

- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Empresa não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Empresa são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Empresa estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Empresa, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Empresa são:

19. **Instrumentos financeiros**--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Empresa a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Empresa são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Empresa honrar suas dívidas. A Empresa procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Empresa possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Empresa efetua avaliações financeiras, possui garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Empresa incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Empresa entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

19. **Instrumentos financeiros**--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Empresa fica exposta a variações de preço de energia, em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui ainda o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Empresa possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

vi) *Riscos legais e regulatórios*

Os riscos regulatórios referem-se à criação ou alteração de normas e legislações vigentes no setor elétrico, podendo, em muitos casos, ser classificados como não gerenciáveis. No entanto, é possível adotar medidas de mitigação por meio do monitoramento constante e da antecipação de mudanças regulatórias. Essas ações incluem a manutenção de contatos profissionais estratégicos, a participação ativa em grupos técnicos de entidades e associações representativas do setor, bem como o acompanhamento sistemático de notícias especializadas e atualizações publicadas em sites institucionais relevantes, como os da ANEEL, do MME, da CCEE, da EPE, entre outros.

vii) *Riscos de mercado*

Os riscos de mercado estão intrinsecamente ligados às decisões de comercialização de energia, uma vez que as posições direcionais ou comerciais assumidas geram exposições "contra o mercado" (Mark to Market – MtM). Essas exposições precisam ser liquidadas em momentos futuros, nos quais o valor de mercado dos ativos tende a divergir daquele originalmente considerado no momento da decisão.

Existem diversas metodologias para o monitoramento das exposições reais da carteira de comercialização. Dentre elas, destaca-se o "*Value at Risk*" (VaR) como a abordagem mais amplamente utilizada. Essa metodologia baseia-se na premissa de que as variações nos preços futuros dos produtos refletem o comportamento histórico do mercado. Todavia, essa suposição pode revelar-se limitada em setores como o de energia, caracterizado por um histórico relativamente curto e pela influência de múltiplas variáveis externas.
Diante dessas particularidades e considerando o arcabouço teórico de problemas de portfólio, a Administração entende que, para uma avaliação mais robusta do risco no setor elétrico, é recomendável a adoção de uma combinação de metodologias na quantificação dos riscos da carteira. Um exemplo dessa abordagem seria a utilização conjunta de "*stress tests*" e da análise histórica de dados (VaR). Essa estratégia híbrida permite capturar com maior fidelidade as oscilações de curto prazo do mercado.

19. **Instrumentos financeiros**--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Riscos de mercado*--Continuação

Assim, propõe-se a obtenção dos limites de Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) para o mês subsequente a partir de uma distribuição de probabilidade que considere condições de contorno específicas. Em seguida, correlaciona-se essa distribuição com o histórico de comportamento dos preços de mercado, permitindo uma avaliação mais precisa dos riscos potenciais.

e) Derivativos

Durante o exercício de 2024 e 2023 a Empresa negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

* * *